

Brasília-DF

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br



Vingadores contra o bolsonarismo

Em pouco mais de quatro meses de governo Lula, o ministro da Justiça, Flávio Dino, integra o grupo que ataca a oposição com maior contundência. E, muitas vezes, com ironia. Esta semana, em resposta a uma provocação do senador Marcos do Val, Dino disse que faria parte dos Vingadores, grupo de superheróis da Marvel. Na mesma sessão, Dino mandou um duro recado ao senador Sergio Moro, dizendo que, enquanto atuou como juiz, nunca havia feito “conluio com o Ministério Público” nem teve “sentença anulada”.

Junto com o deputado André Janones (PT-MG), o ministro forma o pelotão de vingadores contra o bolsonarismo. Eventualmente o próprio presidente Lula intervém, com maior ou menor intensidade. Um dos ataques contundentes veio na passagem dos 100 dias de governo, quando o presidente denunciou “uma tentativa de golpe feita com a maior desfaçatez, feita por um grupo de reacionários, fascistas, e de extrema direita que não queria deixar o poder”.

As críticas ao governo de Jair Bolsonaro vêm em paralelo às ações da Polícia Federal, que ontem realizou mais uma fase da Operação Lesa-Pátria.



Hieber Sales/CB/D.A.Press

Afastada

A Corte Especial do STJ manteve o afastamento da desembargadora Graça Osório, ex-2ª vice-presidente do TJBA, até o julgamento de mérito da acusação.

ED ALVES/CB/D.A.Press



Zero ou um

O secretário especial para reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy (foto), recorreu à teoria dos jogos para descrever o impasse da reforma tributária. Segundo ele, a proposta precisa ser tratada como “jogo de soma positiva” para ter condições de ser aprovada no Congresso. “Se a gente tratar o impacto da reforma como jogo de soma zero, aquele em quem um ganha e outro perde, esquece”, decretou Appy. “Não vamos fazer reforma, porque o que perde trava a discussão da reforma”, acrescentou.

Soma positiva

Por outro lado, continuou Appy, o resultado pode ser diferente em caso de entendimento. “Se entendemos a tributária como jogo de soma positiva, temos espaço para construir consensos e acordos que viabilizem aprovação da reforma”, completou o secretário.

Frente no STF

Em outra frente, o Judiciário avança no acerto de contas com o bolsonarismo. Se, por um lado, a Polícia Federal aperta o cerco contra os financiadores da tentativa de golpe em 8 de janeiro, o ministro Alexandre de Moraes autorizou a liberdade provisória de Anderson Torres, após mais de 100 dias de prisão em regime fechado.

Defasagem

Passados quatro meses do golpe, a iniciativa mais defasada em relação aos atos antidemocráticos e, por extensão, ao bolsonarismo é a CPMI dos atos de 8 de janeiro. Ainda na fase de indicação de integrantes, o colegiado corre o risco de ser tomado pela guerra partidária e pouco contribuir para o esclarecimento dos ataques contra os Poderes da República.

Milicianas

Na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Alessandro Vieira (PSDB-SE) e Flávio Bolsonaro (PL-RJ) trocaram farpas. Ao propor uma emenda que distinguiria milícia privada de organização criminosa, o filho do ex-presidente levou uma invertida do colega tucano. “Tenho todo respeito pelo seu conhecimento da causa”, disse Vieira, mas a emenda, segundo ele, criaria uma espécie de ‘milícia light’. Em resposta à provocação, Flávio Bolsonaro salientou as operações de segurança contra as milícias no Rio de Janeiro.

Venda de sentença

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça decidiu tornar réus a desembargadora Maria da Graça Osório, do Tribunal de Justiça da Bahia, o empresário Adailton Maturino dos Santos e mais três investigados por suposto esquema de venda de decisão judicial. Os ministros concluíram haver indícios de autoria e materialidade na denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, determinando a abertura de ação penal sobre crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

DIPLOMACIA Em seguida à visita de Celso Amorim a Kiev, Itamaraty anuncia vice-chanceler da Ucrânia como embaixador no Brasil. Presidente Zelenskyy espera receber Lula para buscar um acordo de paz após a ofensiva da Rússia

Trégua entre Brasil e Ucrânia

» VICTOR CORREIA

A visita do assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, Celso Amorim, à Ucrânia, arrefeceu a tensão entre os dois países. O Itamaraty autorizou ontem a indicação do vice-chanceler ucraniano, Andrii Melnyk, como embaixador no Brasil. O cargo estava vago desde dezembro de 2021. O encontro entre Amorim e Melnyk ocorreu na quarta-feira, em Kiev, quando o brasileiro reuniu-se também com o presidente Volodymyr Zelenskyy. Ontem, as autoridades ucranianas voltaram a comentar a aproximação diplomática com Brasília.

“O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao senhor Andrii Melnyk como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Ucrânia no Brasil”, anunciou o ministério. O agrément é o documento concedido pelo governo que chancela a indicação feita pela nação estrangeira. Melnyk foi embaixador na Alemanha, e atualmente é o principal responsável do país pela relação com as Américas.

Em uma rede social, Melnyk comentou o encontro com Amorim. “Estamos lentamente mudando o humor entre Ucrânia e Brasil”, escreveu o diplomata. Para ele, o Brasil pode ter um papel importante na negociação da paz entre Ucrânia e Rússia. A delegação brasileira foi atualizada sobre os acontecimentos recentes no front, e os países acertaram ainda o plano de revitalizar o acordo de cooperação cultural firmado em 2009.

A visita de Amorim ocorreu em meio à tensão entre o Brasil e a Ucrânia após as falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que o país teria tanta responsabilidade quanto a Rússia pelo conflito. Lula chegou a sugerir que a Ucrânia



O único plano capaz de parar a agressão russa na Ucrânia é a fórmula de paz ucraniana. Estou ansioso para continuar a dialogar com o presidente Lula e recebê-lo aqui na Ucrânia”

Volodymyr Zelenskyy,
presidente da Ucrânia

cedesse os territórios ocupados, a Crimeia e o Dombass, o que foi rechaçado pela Ucrânia.

Visita de Zelenskyy

Zelenskyy, que também esteve com Amorim, citou a intenção de organizar um encontro com os países latinoamericanos. O presidente ucraniano também reafirmou seu convite para que Lula visite Kiev.

“Encontrei o assessor especial de assuntos internacionais do presidente do Brasil, Celso Amorim. Enfatizei que o único plano capaz de parar a agressão russa na Ucrânia é a fórmula de paz ucraniana. Nós discutimos a possibilidade de realizar uma cúpula Ucrânia-América Latina. Estou ansioso para continuar a dialogar com o presidente Lula e recebê-lo aqui na Ucrânia”, comentou Zelenskyy.

Em sua visita Amorim propôs que Rússia e Ucrânia comecem a negociar a paz antes que a Rússia desocupe os territórios. A ideia é que os países se comuniquem inicialmente por intermediários, não envolvidos no conflito, antes de marcar encontros presenciais entre suas autoridades.

Reprodução/@MelnykAndrii



Amorim e o vice-chanceler da Ucrânia, Andrii Melnyk: governo brasileiro concedeu agrément ao europeu

» Direitos Humanos contra a ditadura

Ao participar da 41ª Reunião de Altas Autoridade sobre Direitos Humanos do Mercosul, em Buenos Aires, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida, defendeu atuação conjunta da América Latina no combate ao racismo. Para o ministro, a questão racial está na base dos problemas que levaram, por exemplo, à ascensão de regimes ditatoriais na região. De acordo com Almeida, as políticas de direitos humanos foram construídas para superação de ditaduras, o que serve de ligação entre os países. No entanto, ele acredita que é preciso repensar os parâmetros dessas políticas para que a proteção dos direitos humanos seja realmente efetiva. (Agência Brasil)

Vieira reclama de exigências da UE

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou ontem, em audiência no Senado, que o governo Luiz Inácio Lula da Silva reavalia o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia.

O motivo, segundo o chanceler, são exigências adicionais apresentadas no início do mês pelo bloco europeu. O temor é de que o Brasil seja retaliado se deixar de cumprir alguma meta ambiental. “Estamos reavaliando o acordo. O documento é extremamente duro”, criticou Mauro Vieira. Segundo ele, os termos apresentados pela UE podem trazer “prejuízos enormes” ao Brasil, com base em sanções aplicadas pelos europeus.

É a primeira manifestação pública de um integrante do primeiro escalão do governo Lula a respeito das condições recentemente apresentadas pela União Europeia. O acordo comercial Mercosul-UE é negociado há mais de 20 anos. Em 2019, os dois blocos anunciaram a conclusão do acordo, da negociação entre áreas técnicas. O fato foi celebrado pelo governo Jair Bolsonaro, mas não houve a assinatura formal nem a necessária ratificação interna nos parlamentos de todos os países envolvidos e dos dois blocos.

Diante da escalada de desmatamento, avanço do garimpo ilegal e queimadas na Amazônia, governos europeus anunciaram que apresentariam um documento adicional para tratar das mudanças climáticas e da proteção ambiental, conhecido como *side letter* (carta lateral). Somente no início de maio, segundo Vieira, a UE entregou o documento com os compromissos exigidos do Brasil. A íntegra do texto nunca veio a público.

Para o ministro, o bloco criou dificuldades e barreiras, tomando como ponto de partida a legislação europeia, “de complexa verificação em campo”. Ele ressaltou

que o governo defende a reindustrialização do país por meio do acordo comercial e que há interesse em todas as áreas da economia. Por isso, é necessário consultar todos os ministérios, sobre temas como saúde, compras governamentais, agricultura e propriedade intelectual. “Não é simples negociar um acordo dessa magnitude com 27 países”, afirmou.

O ministro disse que, após concluir uma avaliação interna do acordo, o Brasil fará contato com os demais países-sócios do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai), para levar a Bruxelas (Bélgica) uma contraproposta consensual.